

(M) JUSTIÇA JUVENIL



EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

GUSTAVO SCHNEIDER DE MEDEIROS

Copyright © 2019 by Gustavo Schneider de Medeiros

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

AS 9201

M488j

Medeiros, Gustavo Schneider de

(In)Justiça juvenil / Gustavo Schneider de Medeiros. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2019.

316 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 283-296.

ISBN 978-85-519-1549-3

1. Direito penal. 2. Delinquência juvenil. 3. Organização judiciária ju-
venil – Brasil. I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

I. Modelos de Justiça Juvenil

1. Introdução	3
2. Período Punitivo (ou Pretutelar)	9
2.1 O período romano.....	10
2.2 O período pós-romano	14
2.3 Valoração Geral	23
3. Modelo Tutelar	25
3.1 Antecedentes históricos	25
3.2 Filosofia subjacente	28
3.2.1 O positivismo	28
3.2.2 A filantropia	36
3.3 Aspectos jurídico-processuais	39
3.3.1 Jurisdição e competência	41
3.3.2 Objeto do processo	42
3.3.3 Sujeitos do processo	44
3.3.4 O procedimento (características, princípios processuais, tramitação)	48
3.3.5 As medidas aplicáveis e sua execução.....	51
3.4 Valoração geral	54
4. Modelo de Bem-estar (ou Educativo)	61
4.1 Antecedentes históricos	61
4.2 Filosofia subjacente	64
4.2.1 Teorias da anomia	66
4.2.2 Teorias do conflito	67
4.2.3 Teorias da aprendizagem	67
4.2.4 Teorias das subculturas	68
4.2.5 Teorias do controle social ou etiquetamento (labelling approach) ...	69

4.3 Aspectos jurídico-processuais	70
4.4 Valoração geral	72
5. Modelo de Responsabilidade	75
5.1 Antecedentes históricos	75
5.2 Filosofia subjacente	77
5.3 Aspectos jurídico-processuais	82
5.3.1 Objeto do processo	82
5.3.2 Sujeitos do processo	82
5.3.3 O procedimento (características, princípios processuais, tramitação)	84
5.3.4 Medidas aplicáveis e execução	85
5.4 Valoração geral	85
6. Modelo de Justiça (4D ou Misto)	87
6.1 Antecedentes históricos	87
6.2 Filosofia subjacente	90
6.3 Aspectos jurídico-processuais	92
6.3.1 O procedimento (características, princípios processuais, tramitação)	92
6.3.1.1 Descriminalização (ou Despenalização)	93
6.3.1.2 Desjudicialização (ou Derivação)	93
6.3.1.3 Devido processo (Due Process)	94
6.3.1.4 Desinstitucionalização	95
6.4 Valoração geral	96

II. Justiça Juvenil no Brasil

1. Período punitivo	101
1.1 A legislação portuguesa	101
1.2 Código Criminal do Império	104
1.3 Código Penal republicano	108

1.4 Valoração geral	113
2. Período Tutelar	115
2.1 Primeira fase	115
2.1.1 Lei n.º 4.242/1921, Decreto n.º 16.272/1923, Decreto n.º 5.083/1926	117
2.1.2 Código de Menores	130
2.2 Segunda fase	134
2.2.1 O Código Penal de 1940	137
2.2.2 Decreto-lei n.º 3.914/1941, Decreto-lei n.º 3.799/1941, Decreto-lei 6.026/1943	138
2.2.3 Lei n.º 5.258/1967, Lei n.º 5.439/1968	150
2.2.4 O novo Código de Menores (Lei n.º 6.697/1979)	157
2.3 Valoração geral	171
3. Período de Justiça	175
3.1 Valoração geral	184

III. Bases para um novo Sistema de Justiça Juvenil

1. Introdução	191
2. Falsas abordagens	195
2.1 Adolescente infrator, uma vítima?	196
2.2 Um Direito especial?	197
2.2.1 O mito da inimputabilidade	199
2.2.2 Princípios penais	204
2.2.3 O objeto do processo	205
2.2.4 Razões históricas	207
2.3 Um sistema educativo?	208
2.4 Um sistema protetivo?	215
2.5 Manter ou reduzir a maioria penal?	219
3. Pressupostos político-criminais	221
3.1 Uma nova base principiológica	221
3.1.1 O que significa superior interesse?	225

3.1.2 Superior interesse e o legislador	227
3.2 Uma nova organização	228
3.3 Uma nova legislação	230
3.4 Delinquência juvenil: um problema criminológico	233
3.5 Intervenção penal mínima.....	235
3.5.1 Solução consensual de conflitos	237
3.5.2 Mecanismos desjudicializadores	241
3.5.3 Despenalização	243
3.6 Um sistema garantista	245
3.7 Um sistema especializado	246
3.8 O protagonista	248
3.8.1 Limites etários.....	250
3.8.2 Responsabilidade progressiva.....	251
3.8.3 Os tipos de protagonista.....	253
3.8.4 Capacidade para exercício de Direitos	254
3.9 Organização flexível de sanções.....	260
3.9.1 Catálogo de sanções.....	262
3.9.2 Critérios legais e judiciais	263
3.10 Medidas cautelares	265
3.11 Corresponsabilidade familiar	267
3.12 Execução	271
3.12.1 Uma nova perspectiva	272
3.12.2 Uma nova metodologia.....	275
Posfácio.....	281
Bibliografia.....	283